

A AÇÃO DA PASTORAL DOS MIGRANTES EM RONDÔNIA

*Ir. Maria Ozania da Silva, mscs**

A conjuntura migratória de Rondônia

O estado de Rondônia passou, nos últimos anos, por amplos e diversificados fluxos migratórios. A capital, Porto Velho, é o maior município, tanto em extensão territorial quanto em número de habitantes. Sua população é formada etnicamente por indígenas, caboclos, ribeirinhos e migrantes provenientes do nordeste, sudeste e sul.

A migração em Rondônia se deu por conta do modelo de desenvolvimento da região amazônica, uma vez que era preciso habitar a região e por outro lado dar vazão às famílias sem-terra ou expropriadas por causa da ampliação do projeto de modernização da agricultura, nas diversas regiões do país com maior população.

Até o início da década de 90, recebeu um grande número de migrantes, e o crescimento acelerado ocorreu, de fato, a partir das décadas de 60 e 70. A política de incentivos fiscais e os intensos investimentos do Governo Federal, como os projetos de colonização dirigida, estimularam a migração, em grande parte originária do Centro-Sul. Além disso, o acesso fácil à terra boa e barata atraiu grandes empresários interessados em investir na agropecuária e na indústria madeireira. Nessa época, a descoberta do ouro e da cassiterita também contribuiu para o aumento populacional. Entre 1960 e 1980, a população cresceu quase oito vezes, passando de 70 mil para 500 mil habitantes. Em 1981, Rondônia deixou de ser território e passou a ser Estado; possui hoje a maior densidade demográfica entre os estados da Região Norte e população de 1.562.409 habitantes.

* Irmã Missionária de São Carlos Borromeu, Scalabriniana, coordenadora da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Porto Velho. Porto Velho – RO/Brasil.

Um recente relatório do IBGE revela que o Estado possui intensos fluxos emigratórios e imigratórios¹: em 2004, segundo dados da PNAD, o número de emigrantes (cerca de 61 mil) superou o número de imigrantes (cerca de 55 mil), enquanto que em 2009 houve uma inversão de tendência (34 mil imigrantes contra 32 mil emigrantes). O dado mais interessante é que entre os imigrantes – ou seja, as pessoas que chegam de outra Unidade da Federação - há um número significativo de retornados: enquanto em 2004 eles perfaziam apenas 0,96% do total de imigrantes, em 2009 essa porcentagem subiu drasticamente para 10,63%.

Nos últimos anos verificou-se uma redução da área destinada às lavouras, que ocorreu paralelamente ao crescimento da pecuária e da monocultura da soja. Desta forma, juntamente com o agronegócio continua a presença dos grandes projetos de estruturação, tais como: gasoduto, construção de rodovias visando à exportação e as Usinas Hidrelétricas – Jirau e Santo Antônio. Essas obras provocam novos surtos migratórios na região aumentando cada vez mais os problemas sociais já existentes além do surgimento de outros.

Dentre os inúmeros impactos de ordem sócio-econômica e cultural ocorridos em Porto Velho, recentemente, a construção das Usinas Hidrelétricas tem apontado para importantes e necessários questionamentos para toda a sociedade, assim como para toda a Igreja de Porto Velho. Além dos impactos migratórios e ambientais, questiona-se, sobretudo o sofrimento e os diferentes tipos de violência, mais ou menos direta, contra as populações atingidas, tidas como meras vítimas colaterais e necessárias ao progresso do país, bem como as condições desumanas em que vivem os migrantes que trabalham nessas “grandes obras”.

Conforme publicado pelo Jornal Valor Econômico em 10 de Agosto de 2008, “mais do que qualquer outra cidade brasileira, Porto Velho respira hoje um clima de Olimpíada, tentando usar a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira como motor de um novo ciclo de desenvolvimento e evento transformador de sua concepção urbana. Enquanto se prepara para receber até 150 mil migrantes ao longo das obras - a população atual é de 384 mil habitantes -, a cidade já vive os sintomas da aceleração do crescimento...” estima-se que o perfil populacional sofrerá alterações, enfatizando desta forma a necessidade de que possam ser estruturadas ações voltadas para o planejamento e infraestrutura adequados à nova realidade.

¹ Com os termos emigrantes e imigrantes, o relatório refere-se a pessoas que saíram do Estado (emigrantes) e que chegaram nele (imigrantes).

Violação dos direitos de trabalhadores migrantes

O episódio, dentre vários, que a Pastoral acompanhou e relata neste artigo é a “confusão” que ocorreu, em março de 2011, no canteiro de obras da Usina de Jirau, onde foram queimados os alojamentos em que dormiam aproximadamente 22 mil operários. Episódio que permanece sem explicação contundente. O fato ocorrido em Jirau repercutiu nos principais veículos de comunicação do país e a impressão que a sociedade tivera dos migrantes operários é que eram vândalos e baderneiros que estavam no canteiro de obras para causar tumulto e não para trabalhar. Por exemplo, em artigo no Diário do Nordeste de 18 de março afirmava-se:

Um novo dia de revolta de trabalhadores na usina de Jirau, em Rondônia, destruiu praticamente todo o canteiro e paralisou a obra, a maior em andamento no País. Todos os alojamentos, além do posto de saúde, de escritórios e do almoxarifado, foram incendiados no início da manhã de ontem por cerca de 400 trabalhadores que diziam reagir à prisão supostamente abusiva de um colega. Na terça-feira, uma briga entre funcionários foi o estopim para o confronto que durou dez horas e, segundo a Secretaria da Segurança de Rondônia, resultou em 45 ônibus e 35 alojamentos queimados ou destruídos.²

Conforme o artigo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia condenou o episódio e a empreiteira Camargo Corrêa afirmou que a depredação é “resultado da ação de vândalos, que agiram criminosamente”.

Na verdade havia motivos para tal indignação. Os direitos trabalhistas não estavam sendo aplicados na prática. Após a confusão a maioria dos trabalhadores subiu a BR 364 caminhando até chegar a Porto Velho, ao chegar à cidade os portovelhenses, assustados, fecharam as portas para os operários acreditando que fossem vândalos que iriam saquear o comércio e as residências.

Alojados em ginásios na capital rondoniense os membros da Pastoral presenciaram uma situação de total desamparo. Observou-se no ginásio do SESI uma total falta de humanidade, trabalhadores deitados em colchões pelo chão, em condições de higiene muito precárias, numa época em que fazia um pouco de frio em Porto Velho. Homens e mulheres que esperavam respostas concretas e decisões que iriam ser tomadas para o retorno aos seus lares.

² Cf. <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=949718>, 18.03.2011. Acesso em: 28.09.2011.

Quem presenciou a realidade vivida por aqueles operários indignou-se com os relatos ouvidos. Uma situação de total insatisfação ao perceberem seus direitos, enquanto seres humanos, serem violados. E perguntava-se até quando o anseio pelo poder e pelo dinheiro vai colocar a dignidade humana abaixo de tudo? De repente, um cidadão, trabalhador, pai ou mãe de família decide vender sua força de trabalho para garantir seu sustento e o sustento de seus familiares acreditando que com isso verá seu maior bem respeitado, a sua dignidade, um procedimento que em tese lhe garantirá o respeito de todos, sendo literalmente violado. Será que a sua insatisfação não irá gritar? Será que o desejo de ver seus direitos respeitados não vai sobrepor-se? E várias vezes surgia o questionamento: quem é o principal culpado por tal episódio? E uma certeza calada e entalada bradava no olhar de todos que assistiam aquele lamentável e doído fato: certamente os antagonistas de toda essa história serão os operários que vieram dignamente vender sua força de trabalho, mas na relação histórica brasileira entre vencedores e vencidos os fatos históricos sempre foram narrados pelos vencedores e pelo anseio de poder, aos pés dos quais sempre feriu a dignidade humana.

Depois de muitos dias, após terem voltado para casa, muitos trabalhadores retornaram para o canteiro de obras. Segundo alguns operários, eles receberam um telegrama da empresa solicitando que retornassem às obras. Quando ligaram ao número fornecido pela empresa solicitando o dinheiro para as passagens, foram informados que poderiam vir por conta própria e depois a empresa faria o repasse. Todos tomaram dinheiro emprestado, uns pagando juros de 10% e agiram assim, caso contrário seriam acusados de abandono de emprego. No entanto, nenhum deles recebeu o reembolso. Os trabalhadores que disseram ter recebido esse telegrama estavam sob proteção do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e do Sindicato da Construção civil.

Por duas horas os agentes da Pastoral ouviram o relato. Eles declaravam que haviam sido abordados pela Força Nacional e pela Segurança da empresa dizendo que os levariam para uma reunião. Alguns deles encontravam-se em atividade no trabalho. Foram levados para uma sala e lá foram humilhados com palavras e ameaças. Um dos trabalhadores migrantes contou que a Força Nacional e a preposta da empresa o obrigou a trocar de roupas com a porta aberta no local onde estava, na presença dos colegas e de terceiros, fato que o fez sentir-se humilhado. Também relataram que a Força Nacional procedeu à revista pessoal de forma agressiva, quase

que com golpes no órgão genital. As agressões verbais continuaram através de xingamentos tais como: “vagabundos”, “ladrões”, “vândalos”. Contaram que foram ameaçados por parte da Força Nacional e da Guarda Municipal, inclusive com uso de armas, agressões físicas e diversos meios de pressão psicológica. Sofreram especialmente aqueles trabalhadores que eles achavam que sabiam dos fatos ocorridos no dia 13 de março de 2011; da “confusão” ocorrida no canteiro de obras que teve repercussão nacional, e foram inclusive obrigados a confessar participação e autoria. Acrescentaram no relato que um dos policiais da Força Nacional desferiu um tapa na orelha de um dos trabalhadores sem qualquer motivo. Um dos encarregados da empresa Camargo Corrêa, obrigou os trabalhadores a assinarem documentos sem lhes informar o conteúdo ou lhes dar possibilidade para lerem.

E assim, diante violência sofrida pelos frágeis e desamparados operários migrantes, conclui-se que vivemos numa sociedade que cristaliza uma economia guiada unicamente pelo critério do lucro e da exploração das debilidades políticas, que para se afirmar e obter ganhos, exige a supressão radical dos direitos humanos.

Ação da Pastoral dos Migrantes junto a haitianos e outros migrantes

O Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM na Arquidiocese de Porto Velho atua em três frentes: migrantes temporários, urbanos e imigrantes-refugiados. Há muitos desafios, que fazem parte do próprio pulsar do dinamismo da migração. Para mim nesta nova realidade os maiores desafios estão sendo:

- Sensibilizar a sociedade para acolhida de milhares de migrantes que por aqui chegam buscando uma vida melhor;
- Assegurar direitos humanos e trabalhistas, já conquistados, mas que, dada a situação de exploração do trabalho dos migrantes, não são garantidos;
- Responder concretamente às necessidades dos migrantes: (alojamento, alimentação, trabalho, saúde, direitos...);
- Sensibilizar mais pessoas para contribuírem com esta missão;
- Arrecadar recursos econômicos – neste momento insuficientes - para responder aos desafios imediatos que nos vem dos migrantes.

Recentemente, começou também um importante trabalho junto a grupos de haitianos que chegaram ao Estado. A Igreja local, sensibilizada

com o sofrimento do povo haitiano, mobilizou suas pastorais, movimentos, serviços e Comunidades em um gesto concreto de solidariedade, visando contribuir para a inclusão social, econômica, cultural e também com alimentação destes irmãos que para cá migraram em busca de reconstruir a sua vida e dignidade humana.

Além do acolhimento e orientação, a primeira iniciativa foi a elaboração de um projeto de aula de português, pois acreditou-se ser este o primeiro passo para a inclusão social.

A seguir, listamos algumas das iniciativas e atividades a favor deste povo

- Aulas: estudo do idioma português; direitos sociais e trabalhistas.
- Alimentação: envolvemos três Comunidades e assim, seis vezes por semana servimos uma refeição abundante e bem nutritiva.
- Saúde: Assistência Médica Básica. Temos a disposição deles, semanalmente, os seguintes profissionais, todos voluntários: Médico Clínico Geral, Pediatra, Ginecologista. Além de atendimento odontológico e Assessoria Jurídica e Trabalhista.
- Trabalho: inserção no mercado de trabalho. Estamos em fase de implantação de um banco de cadastro com as diversas profissões: professores, pedreiros, padeiros, eletricitas, cabeleireiras, confeitadeiras, entre outras para posterior encaminhamento para o mercado de trabalho.

Diante do tamanho e complexidade dos desafios, apesar de muitas vezes nós da Pastoral nos sentirmos pequenas “formiguinhas” diante da realidade em que nos encontramos me sinto bem e feliz com a contribuição que posso dar para que os migrantes se sintam mais gente e descubram a riqueza que possuem e as possibilidades de contribuir para melhorar o mundo em que vivem. E mais do que tudo saibam e sintam que existe um Deus que os ama e cuida deles.

Nosso fundador, João Batista Scalabrini dizia: “eu inicio uma obra... a coloco nas mãos de Deus... Ele toma conta”. Assim acredito, a missão que realizo não é minha, a realizo por que acredito em um Deus que me chamou e me enviou, mas tudo é Dele. Sou apenas um instrumento. Por fim, acredito no evangelho e na missão de Jesus Cristo, o ser e agir de Jesus nos mostra o quanto devemos lutar por um mundo sem fronteiras, um mundo onde as relações humanas são fundamentadas no mandamento do amor...

Concluindo gostaria de dizer que acredito no evangelho e na missão de Jesus Cristo, seu ser-agir nos mostra o quanto devemos lutar por um mundo mais fraterno, sem fronteiras, um mundo onde as relações humanas são fundamentadas no mandamento do amor. E também, para um dia poder ouvir, com exultação: “Eu era migrante e me acolhestes” (Mt 25,35).